

## De quem é essa história: o local da memória histórica das mulheres nos espaços públicos de Porto Alegre

Who is this story: the place of historical memory of women in public spaces in Porto Alegre

**Betina Gamalho**

Mestranda em História  
Universidade de Passo Fundo (UPF)  
191480@upf.br

**Recebido em:** 24/08/2022

**Aprovado em:** 27/10/2022

**Resumo:** O presente artigo propõe uma discussão acerca do apagamento e invisibilização da memória histórica das mulheres nos espaços públicos de Porto Alegre. O objetivo central é analisar a redução das figuras femininas, na maior parte das vezes, a papéis secundários, escondidos e dispensáveis nos lugares urbanos de memória, a partir da observação crítica dos monumentos públicos. Os exemplos monumentais referenciados, refletiram em conjunto com uma discussão historiográfica e conceitual, o quanto a análise sobre a representação da memória da mulher no espaço público é necessária para desnaturalizar o espaço da vida cotidiana, trazendo à cena pública essas memórias historicamente silenciadas, permitindo a construção de novas narrativas acerca do passado histórico.

**Palavras-chave:** espaço; memória; mulher.

**Resumen/Abstract:** This article proposes a discussion about the erasure and invisibility of the historical memory of women in public spaces in Porto Alegre. The main objective is to analyze the reduction of female figures, in most cases, to secondary roles, hidden and expendable in urban places of memory, based on the critical observation of public monuments. The monumental examples referenced reflected, together with a historiographical and conceptual discussion, how much the analysis of the representation of women's memory in the public space is necessary to denaturalize the space of everyday life, bringing these historically silenced memories to the public scene, allowing the construction of new narratives about the historical past.

**Palabras clave/Keywords:** space; memory; woman.

## Introdução

Parque Moacyr Scliar, Avenida Bento Gonçalves, Casa de Cultura Mário Quintana, Praça Brigadeiro Sampaio, estátua do Laçador, monumento a Júlio de Castilhos, Museu Joaquim Felizardo... são inúmeras as referências de personagens masculinos que marcam os espaços públicos da cidade de Porto Alegre. É perceptível o apagamento e silenciamento da memória histórica das mulheres nos lugares urbanos de memória. A proposta aqui é analisar a redução das figuras femininas, na maioria das vezes, à papéis secundários, escondidos e dispensáveis nos lugares de memória, a partir da observação analítica dos monumentos públicos, permitindo a desnaturalização da falta de representação crítica e memorial de mulheres históricas nesses espaços. Pierre Nora, sinaliza para a importância da materialização da memória, através de lugares de memória que a estabilizam e que são potencialmente capazes de evocar a identidade cultural e social. Memória e identidade estão ligadas e daí advém a necessidade simbólica de lugares de memória através da construção de espaços políticos públicos de memória. A promoção de representatividade nos espaços públicos pela memória das mulheres, em especial em Porto Alegre, é necessária para “a reconstrução dos papéis sociais femininos, como mediações que possibilitem a sua integração na globalidade do processo histórico de seu tempo, parece um modo promissor de lutar contra o plano dos mitos, normas e estereótipos” (DIAS, 1984, p. 13).

Para compreender esse silenciamento da memória histórica das mulheres refletidas nos espaços públicos monumentais de Porto Alegre, torna-se necessário na primeira seção, analisar os processos historiográficos que construíram essa naturalização dos discursos majoritariamente masculinos e que produziram uma memória dominante que reforça e promove o silenciamento de outros sujeitos, que conseqüentemente, tendem a não se identificarem como protagonistas da história. De acordo com Perrot, (2007) as mulheres eram excluídas do espaço público e das narrativas oficiais, não tendo suas vozes registradas. A sua presença era vista somente a partir da narrativa masculina sobre as mulheres, que eram sempre vinculadas ao âmbito privado.

Será tratado ainda, já na seção dois, aspectos específicos do contexto regional, em que essas narrativas promovidas e construídas por homens brancos, desempenharam na sociedade em questão, a partir de uma historiografia positivista e pautada pelo movimento tradicionalista, formadores da concepção identitária da formação do Rio Grande do Sul e de Porto Alegre. Essas narrativas singulares

culminam na falta de representação – em específico, feminina – nos espaços públicos urbanos, por mais que haja a Lei nº 12.343 de 2 de dezembro de 2010, que institui o Plano Nacional de Cultura – PNC e cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (BRASIL, 2010), a fim de promover o direito à memória<sup>1</sup> e a garantia de preservação de memórias de diferentes grupos formadores da sociedade<sup>2</sup>.

Ao tratar sobre o direito à memória das mulheres nos espaços públicos de Porto Alegre, é fundamental na terceira seção, realizar uma breve discussão conceitual sobre as memórias que não promovem exclusivamente a coesão, mas que se encontram em disputas e são silenciadas (POLLACK, 1989). São construídas narrativas que, baseadas na história, corroboram com interesses de solidificar no presente uma determinada imagem sobre o passado que garanta a imagem que se quer passar no futuro. Os patrimônios selecionam o passado a que se quer lembrar e manifestam o orgulho do passado, ou o temor de repetição no presente (TEDESCO, 2011). Essa memória possui duas dimensões, a do esquecimento e a da lembrança. Há uma intencionalidade dos sujeitos para guardar algo, sendo necessário um esforço hermenêutico de interpretação dos signos e de sua representação simbólica numa cultura. Neste sentido, verifica-se que a memória é um duplo ato de lembrar e esquecer, ordenando hierarquicamente e selecionando o que é ou não importante. Essa hierarquização da memória da mulher, tradicionalmente foi escrita por homens e sobre homens, por isso a história oral, articulada à emergência de memórias silenciadas de mulheres históricas é tão importante para esse processo de visibilização de um passado e de uma memória ideologicamente esquecido.

Compreendendo os processos historiográficos e históricos que construíram uma narrativa singular e masculina da história em conjunto com o entendimento da função da memória, é possível analisar o espaço urbano e os monumentos em homenagem a sujeitos históricos e selecionados que o compõe, problematizando a presença da memória secundária das mulheres nesses espaços,

---

1 De acordo com o parágrafo VI do Art. 1º da Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010, “Fica aprovado o Plano Nacional de Cultura (PNC), em conformidade com o § 3º do art. 215 da Constituição Federal, constante do Anexo desta Lei, com duração de 12 (doze) anos e regido pelos seguintes princípios: [...] VI - direito à memória e às tradições;[.]” (BRASIL, 2010).

2 De acordo com o parágrafo VI do Art. 3º da Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010, “Compete ao poder público, nos termos desta Lei: [...] VI - garantir a preservação do patrimônio cultural brasileiro, resguardando os bens de natureza material e imaterial, os documentos históricos, acervos e coleções, as formações urbanas e rurais, as línguas e cosmologias indígenas, os sítios arqueológicos pré-históricos e as obras de arte, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência aos valores, identidades, ações e memórias dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.” (BRASIL, 2010).

materializados em nomes de ruas e monumentos. Quando (e se) a memória e a representação de mulheres são colocadas no espaço público na cidade de Porto Alegre são retratadas, assim como suas histórias foram escritas, sob a narrativa tradicional que reservou as mulheres uma memória familiar e do privado (PERROT, 1989), que serão discutidas na última seção.

### **O papel da historiografia nas narrativas históricas**

Até o final do século XIX e início do século XX a historiografia positivista esteve pautava nos feitos dos grandes homens brancos “heróis”, negligenciando e silenciando, dessa forma, a presença das mulheres nos processos históricos. Na linearidade factual e na hipervalorização de acontecimentos e datas políticas dos grandes vultos históricos e das camadas dirigentes, utilizando restritamente os documentos oficiais como verdade histórica. Segundo Genovese, (1987) as mulheres não tinham visibilidade, era a “história de governantes e de batalhas”. Nesse sentido:

A historiografia europeia e do pensamento intelectual positivista, produziu uma história preocupada com a genealogia da nação, com os feitos dos heróis, com os grandes acontecimentos políticos, com os grandes personagens da história [...]. As massas populares foram excluídas e neste sentido não havia espaço para a história dos comuns, das mulheres, das crianças, dos negros, dos pobres e dos trabalhadores (CITRON, 1990 *apud* ASSIS; PINTO, 2019, p.10).

Apesar do silêncio historiográfico sobre a atuação das mulheres no processo histórico, a partir da década de 1920 com a emergência da Escola dos Annales<sup>3</sup>, amplia-se a antiga concepção historiográfica ao combater a exclusividade da história política, ampliando a noção de fonte e contribuindo para a construção de novas perspectivas de outros sujeitos históricos, apoiando-se em outras áreas interdisciplinares do conhecimento. A partir da década de 1960 com as correntes revisionistas marxistas e com o desenvolvimento de novos campos de análise (história das mentalidades, história cultural e história social), a abordagem do papel histórico das mulheres passa a ser reforçada. Neste sentido, “pluralizam-se os objetos de investigação histórica, e, nesse bojo, as mulheres são alçadas à condição de objeto e sujeito da história” (SOIHET; PEDRO, 2007, p. 285).

---

3 “O grupo ampliou o território da história, abrangendo áreas inesperadas do comportamento humano e a grupos sociais negligenciados pelos historiadores tradicionais. Essas extensões do território histórico estão vinculadas à descoberta de novas fontes e ao desenvolvimento de novos métodos para explorá-las. Estão também associadas à colaboração com outras ciências, ligadas ao estudo da humanidade, da geografia à linguística, da economia à psicologia”. (BURKE, 1992, p. 89).

O aprofundamento de uma historiografia centrada na História das Mulheres, se deu a partir de 1960, fomentando o debate e a análise sobre o papel feminino na sociedade, o apagamento, a invisibilização e as disputas por memórias. Cito, desse modo, algumas autoras que se debruçaram a estudar as múltiplas narrativas e o protagonismo histórico das mulheres, como Michelle Perrot em suas diversas pesquisas, como “Práticas da Memória Feminina” (1989), “Mulheres Públicas” (1998), “Minha História das Mulheres” (2007) e “Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros” (2017). Outras autoras também produziram inúmeros conhecimentos sobre feminismo, memória e atuação das mulheres, como June Hahner na obra “Emancipação do Sexo Feminino” (2003), Silvia Salvatici em “Memórias de Gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres” (2005), Rachel Soihet e Joana Maria Pedro em “A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero” (2007) e a historiadora brasileira Maria Odila Leite da Silva Dias em “Quotidiano e poder” (1984).

### **A construção da identidade sul rio-grandense e o positivismo histórico**

A verdade é que as correntes historiográficas europeias que lançaram luz sobre a participação da mulher no processo formativo dos estados nacionais, bem como do seu papel na sociedade a partir da década de 1960, tardaram para evidenciar a mulher na história sul rio-grandense, dado o contexto histórico ainda muito marcado pela contribuição positivista de homens que relegaram a história do estado a branquitude do homem político e do homem do campo que utopicamente foram os “percursores da liberdade”<sup>4</sup>.

Em especial, a historiografia produzida sobre a história do Rio Grande do Sul e sua capital Porto Alegre, por décadas pautaram-se pela construção de uma narrativa de formação do estado, a partir de uma perspectiva masculinizada e de uma imagem “ideal” e distorcida da identidade e da história multiétnica, multicultural e plural do Rio Grande do Sul. A história do estado, bem como da capital, fora pautada pelo chamado positivismo histórico, já mencionado anteriormente. O civismo pilchado<sup>5</sup>, do homem do campo e dos homens de guerra tornaram-se características basilares do ser

---

4 Hino Rio-Grandense (FONTOURA, 1966).

5 “Para homens, a pilcha inclui botas, bombacha guaiaca, com ou sem faixa, camisa, colete, casaco ou jaqueta, e lenço. Para mulheres, o conjunto é composto por saia e blusa ou saia e casaquinho ou vestido comprido, saia de armação, bombachinha, meias e sapatos. O parlamentar lembra que a vestimenta já é considerada, por lei estadual, traje oficial e de honra no Rio Grande do Sul” (ALMEIDA, 2007).

sul rio-grandense, excluindo desse processo as mulheres nos diversos espaços e nos diversos papéis que desempenharam na sociedade. Assim:

[...] o arquétipo cívico e “memorialístico” agauchado é apenas uma estampa imagética da identidade, sem enraizamento autêntico na história, que, daquela imagem inventada para os rituais do presente, não consegue nenhum rendimento coerente para forjar uma consistência simbólica (GOLIN, 2015, p. 10).

Esse imaginário identitário excludente de outras narrativas históricas, foi articulado no final da década de 1940 e consolidado com a Ditadura Civil Militar instituída em 1964 a partir da ritualização de eventos, tendo na “Revolução” Farroupilha, o ápice acontecimental ritualístico da identidade e da história sul rio-grandense, centralizando a historiografia regionalista pautada pelo movimento tradicionalista.

Golin (2015), salienta a falta de preocupação com a história da guerra e com as consequências acarretadas no âmbito familiar e na vida das mulheres que estavam conquistando seus espaços. A historiografia regionalista “esquece” dos estupros, sequestros e violações contra mulheres e até mesmo crianças. “Esquece” também de mulheres que se engajavam na busca por mais direitos, substituindo as funções do marido que fora à guerra, ou as que atuavam como vivandeiros e as mulheres escravizadas que viam na ausência do escravocrata, uma possibilidade de fuga. A mulher era a mulher do espaço privado, mas também do espaço público, relegado por décadas da tendência positivista da historiografia masculina. “Em um Rio Grande da bravura indômita, da suposta nobreza de centauros, não tem lugar a realidade da guerra e da maldição de seus homens na história” (GOLIN, 2015, p. 11).

### **A memória como uma arena de disputas**

Parte-se do princípio de que há sujeitos silenciados, cujas memórias não ficam registradas nos órgãos institucionais, na imprensa, no estado e, portanto, dar ouvidos as vozes desses indivíduos significa dar a possibilidade de compreender como os múltiplos sujeitos históricos vivenciaram determinado processo. Michael Pollack (1989) salienta a importância fundamental da história oral, para a emergência dessas históricas silenciadas, enriquecendo o trabalho do historiador para além das fontes escritas, ao incorporar narrativas de sujeitos invisibilizados.

Dando sentido ao passado, a memória não é pacífica. Pollack retrata sobre a dimensão conflituosa da memória pelo uso político, tratando sobre a não homogeneidade da memória como

uma arena de conflitos, pois na medida em que ela é um lugar importante de construção da identidade, é muito comum que grupos políticos acionem a memória para poder interferir nas construções identitárias. Neste sentido, a memória é muito utilizada no campo da política para construir projetos de futuro, para que os indivíduos acreditem que o sentido da existência coletiva daquela sociedade, é seguindo um determinado caminho. Caminho esse, que exclui outros sujeitos na narrativa histórica. A instituição que talvez mais invista nesta construção da memória coletiva seja o Estado, a partir de monumentos, da história nacional, de datas comemorativas, festas públicas etc.

Apesar de outros grupos exercerem também esse papel, o poder político possui uma dimensão maior no controle e na produção de uma memória pública oficial, selecionando o que deve ou não ser lembrado e regulamentando um esquecimento desejado. Tedesco (2011) utiliza do termo “colonização da memória”, visto que, o poder político seleciona os sentidos e as referências necessárias para legitimar a memória e a história “oficial” de um passado que se buscou o que interessava para dar sentido e moldar ações no presente, com perspectivas para o futuro. “E, assim, toda a estratégia de lembrar implica, reciprocamente, uma estratégia de esquecer. Sabemos que não há um olhar ingênuo do passado, há critérios que atribuem valor ao olhar e ao esquecer” (CARRERA, 2001 *apud* TEDESCO, 2011, p. 30).

Assim, percebe-se o quanto a memória é um campo de disputas e um instrumento de poder. A memória da mulher na história, ficou por décadas reservada ao espaço privado, do cuidado com o lar, com os filhos e com o marido. O espaço público, da política, da intelectualidade e das finanças ficava a cargo dos homens, os quais ganharam a visibilidade de uma história escrita por homens e sobre homens. “No teatro da memória, as mulheres são sombras tênues” (Perrot, 1989, p. 8).

Maria Odila Dias (1984) foi certa em analisar a liquidez da justificativa de que as mulheres não apareciam na história devido a ausência de documentos. A autora observa que a memória social desses sujeitos são esquecidas muito mais por um movimento ideológico promovido por homens, do que por uma efetiva ausência de documentos. Os arquivos e os registros em que as mulheres apareciam eram ligados à sua condição no âmbito familiar, do lar e moralmente “de respeito”. O sentido de sempre ligar a mulher ao espaço privado, observa-se nos registros da memória histórica das mulheres que dedicavam-se a família, por condições a elas impostas. Documentos sobre essas mulheres existiam,

o que não havia era o interesse social, político e ideológico em tornar visível e esmiuçar os fragmentos nos documentos dessas memórias que foram apagadas, silenciadas e esquecidas.

Dias concretiza sua análise ao afirmar que é verdade que os registros sobre as mulheres são fragmentados e encontram-se espalhados entre as inúmeras narrativas documentais. Por isso, a necessidade de reunir os registros e “esmiuçar o implícito” (DIAS, 1984, p. 14). Daí a importância do surgimento do movimento feminista que, afluente a identificação, a acumulação de dados e a instituição de lugares da memória das mulheres apagadas do processo histórico, que veem na história oral uma via de aceitação de suas vozes historicamente apagadas, serem ouvidas.

A história oral nesse sentido, surge como uma possibilidade de emergência de memórias que ficaram ocultas da história por décadas, visibilizando narrativas esquecidas de sujeitos que viveram no espaço privado, mas que também participaram dos acontecimentos públicos, porém, não obtiveram dos holofotes de uma historiografia escrita por homens e sobre homens. “A maior parte do que conhecemos nos é transmitida por homens. Em trabalhos literários, textos normativos, tratados morais e expressões artísticas, ou as mulheres estão completamente ausentes, ou são encontradas dentro do discurso de homens sobre mulheres [...]” (DAVIS, 1976 *apud* SALVATICI, 2005, p. 30). Por isso a importância da história oral, que permitiu a visibilização de vozes historicamente silenciadas, colocando as mulheres como sujeitos históricos a partir de suas memórias e de suas perspectivas sobre determinados eventos e fenômenos que vivenciaram. Assim, mulheres que historicamente foram silenciadas, passam a contestar a historiografia tradicional e a escrever uma nova história, que dê conta da memória e da reconstrução de um passado do espaço público, ou do espaço privado, de vidas e memórias de mulheres históricas.

### **As mulheres, os monumentos e a memória. Onde e como encontram-se?**

Por isso é dito que a memória também se relaciona com projetos de futuro, pois a maneira como ordena-se o passado no presente diz muito sobre os caminhos que se quer seguir como sociedade, selecionando algo que legitime percepções do que somos (TRAVERSO, 2012). Sabendo do caráter conflituoso da memória e de seu acionamento pelo uso político, para interferir nas construções identitárias, os monumentos são uma ferramenta de investimento do estado para a construção de uma memória coletiva selecionada. Essa seleção, conforme já foi dito, não é neutra e implica na exclusão de outros sujeitos históricos, desembocando na falta representação da memória, em especial, das

mulheres, nos espaços públicos da cidade através de monumentos. Essa exclusão, foi historicamente construída através da exclusividade da narrativa sobre homens e construída por homens na historiografia.

Essas batalhas pela memória e seu uso intencional, ordenam monumentos e patrimônios que exercem mediações de memória na dupla tentativa de legitimar/deslegitimar, selecionando o passado a que se quer lembrar. Essa memória patrimonial deveria promover a identificação e o sentimento de pertencimento aos múltiplos grupos sociais, dando-lhes legitimidade e reconhecimento no espaço público. No entanto, esse reconhecimento, em especial no caso porto-alegrense, é intencional na tentativa de legitimar os “grandes feitos do passado” e os “grandes heróis” da história regional em uma sociedade em que a história e a identidade rio-grandense foram impostas e construídas historicamente por indivíduos (homens) que utilizaram da historiografia e desses espaços públicos para conduzir um falso sentimento de pertencimento a uma cidade que não promove a representatividade da memória das mulheres nesses ambientes.

Por isso, ressalta-se a necessidade de ressignificação do patrimônio público nas cidades, onde “o que está em jogo nos museus, e também no domínio do patrimônio cultural é memória, esquecimento, resistência e poder, perigo e valor, múltiplos significados e funções, silêncio e fala, destruição e preservação” (CHAGAS, 2005 *apud* TEDESCO, 2011, p.39). Ao mesmo tempo que o monumento promove reconhecimentos e identificações com alguns grupos, ele exclui e silencia outros. Essa é a antítese do papel da memória representada nos espaços públicos urbanos.

A história do conceito de patrimônio cultural é recente no Brasil. A primeira fase é chamada de fase heroica e foi marcada pelo tombamento de bens em que valorizou-se mais o valor estético do que o valor histórico e considerou-se patrimônio cultural apenas bens móveis e imóveis, que fossem do interesse público, vinculados a fatos que remetessem à etnia branca e masculina e sua participação na história do Brasil, à religião católica e à elite política e econômica do país. A fase seguinte à fase heroica na construção da ideia de patrimônio cultural no Brasil, tem como marco a Constituição Federal de 1988, a partir da construção de um conceito de patrimônio cultural mais popular e de valorização da cidadania, diferente daquele conceito fechado, moldado durante a fase heroica.

Uma historiografia e uma política patrimonial que visibilizasse, em especial, um Rio Grande do Sul multiétnico e multicultural é recente, dado o contexto histórico ainda muito marcado pela

contribuição positivista de homens que relegaram a história do estado à branquitude do homem político, negligenciando a contribuição de outros grupos sociais no Estado. As políticas patrimoniais no Rio Grande do Sul, à modelo da fase heroica no Brasil, reconheceram diversos patrimônios do interesse público, que fossem vinculados a fatos que remetessem à etnia branca e masculina e sua participação na história do Brasil, à religião católica e à elite política e econômica do país. A exemplo disso está o primeiro tombamento em Porto Alegre em 1938 com a proteção da Igreja Nossa Senhora das Dores e mais tarde o Museu Júlio de Castilhos e o Theatro São Pedro (IPHAN). Qualquer bem patrimonial que fosse referente à memória de outros grupos sociais eram desconsiderados seguindo a lógica de um trabalho de enquadramento da memória (POLLAK, 1992).

Gerenciando a identificação de um grupo a um patrimônio cultural legitimava-se o poder daqueles que selecionariam o que é ou não um patrimônio e o que é ou não relevante para a história do Brasil, do Rio Grande do Sul e de Porto Alegre, determinando uma imagem sobre o passado a que se quer salvaguardar.

As relações de poder embutidas nas políticas de patrimonialização e no trabalho de enquadramento da memória em Porto Alegre são extremamente visíveis no espaço urbano. Apesar de uma mudança institucional no processo de reconhecimento do bem patrimonializado e da identificação e valorização do patrimônio cultural imaterial, vinculado também à uma mudança na historiografia brasileira, com a visibilização da importância de outros grupos sociais e bens patrimoniais vinculados a estes na construção do país, ainda hoje os reflexos de uma política patrimonial fechada e de uma historiografia positivista são vistos na cidade e no sentimento de pertencimento de determinados grupos, em especial, neste caso, na representação das mulheres nos espaços públicos.

É ainda necessário de uma política de democratização do patrimônio, que conforme evidenciou a autora Maria Cecília Londres Fonseca, “implica, qualquer que seja a perspectiva, no fato de que o Estado não deve ser o único ator social a se envolver com a preservação do patrimônio cultural de uma sociedade” (FONSECA, 1997, p. 74). O processo de patrimonialização deveria partir da vontade da sociedade e dos sujeitos que vivenciaram determinado evento e que anseiam por representatividade e reconhecimento institucional de seu patrimônio.

Essa historiografia e essa política patrimonial que por décadas invisibilizou o papel da mulher, é visível na instauração monumental que reflete essa história não representativa dos diversos grupos

sociais e gêneros distintos nos espaços públicos da cidade de Porto Alegre. A indústria cultural<sup>6</sup> e a Lei n.12.343 (BRASIL, 2010) que deveriam promover a preservação e democratização da cultura na cidade, não deram conta da multiculturalidade histórica e foram “corroendo o patrimônio formado pelas gerações históricas” (BATISTELLA; GOLIN, 2007, p. 469).

Michelle Perrot é uma das historiadoras de maior referência nos estudos de História das Mulheres com obras fundamentais como “Mulheres Públicas” (1998) onde chama a atenção para o quanto o lugar das mulheres no espaço público sempre foi problemático. Pelo menos no que tange ao mundo Ocidental, desde a Grécia Antiga elas estavam excluídas da cidadania e, conseqüentemente, do mundo público. O imaginário sobre as mulheres, como aponta Perrot, foi permeado por estereótipos, mantendo o feminino e tudo que deriva dele num espaço proibido, dessa forma, quando elas não eram silenciadas e invisibilizadas apareciam nas fontes marcadas por estereótipos dentro de uma construção imaginária na sociedade que, conforme evidenciou Pesavento:

[...] comporta intenções, manipulações do real, artifícios de ilusão do espírito. Esse viés, por assim dizer, ideológico é ele também um elemento de desvio e de transfiguração do real e revela a intenção manipuladora de interesses sociais determinados. Em suma, enquanto construção, o imaginário social não é livre, neutro ou transparente, mas constituído por uma rede de significados apresentados de maneira simbólica, é preciso decifrar (PESAVENTO, 1993, p. 384).

Ao encontro dessas concepções imaginárias socialmente e historicamente construídas sobre as mulheres, ressalvo que a historiografia tradicional, e em especial a positivista no Rio Grande do Sul, sempre privilegiou a cena pública da política e da guerra, silenciando a atuação feminina nesses espaços e reservando as mulheres um papel secundário, conforme analisou Judite Primo e Vânia Brayner (2018), a partir das colaborações de Michelle Perrot (1989).

## Parque Farroupilha

---

6 A indústria cultural acaba por produzir máquinas de falsificação do capital simbólico. “O “capital simbólico” é, em-si, o veículo mais coerente entre o pertencimento identitário e o reconhecimento da contribuição de todos os segmentos formativos da sociabilidade [...]. No entanto, o que tem se comprovado é que uma incontrolável política de eventos ilude esses valores e insiste em inventar uma identidade artificial, sem consistência histórica” (BATISTELLA; GOLIN, 2007, p.452 e 455). A indústria cultural acaba selecionando à quais memórias, sujeitos e tradições acionar no espaço público, de modo que transforme a cultura numa mercadoria e numa falsa ideia de identidade.

Se essas proposições são naturalizadas nas novas narrativas históricas, no imaginário e na memória da população, o resultado é visível nos espaços públicos da cidade, espaços onde há uma infinidade de nomes de praças, ruas, estátuas, rostos, museus e parques que se referem a memória de homens na história. Quem já visitou Porto Alegre pode ter notado nos diversos espaços públicos, homens sendo sempre acionados para rememorar um passado que se quer salvaguardar e legitimar. Passando pelo Parque Farroupilha (Redenção), se vislumbra um ambiente arbóreo e ideal para integrações sociais, atividades físicas e para fugir da rotina cansativa da cidade grande.

O que pouco se percebe e se relativiza, naturalizando como momentos fixados e solidificados na espacialidade pública são os inúmeros monumentos que ali se encontram, e que homenageiam diversos personagens (homens) da história. Encontra-se a estátua do Gaúcho Oriental, retratando o tipo ideal construído pela narrativa regional sobre a identidade rio-grandense, do homem do campo “gaúcho” (como se essa imagem representasse a multiculturalidade do estado e da cidade). É visto ainda, inúmeros bustos e estátuas em referência aos homens que participaram da quase sacra e mitológica Guerra Farroupilha.

A presença da representatividade feminina é praticamente nula nesse espaço que anula os outros sujeitos sociais e que não fala sobre o Massacre de Porongos<sup>7</sup>, e nem sobre as mulheres vítimas da violência dos farrapos, ou mesmo daquelas que por ausência do marido conquistaram seu espaço na vida privada e pública. Abaixo, a Figura 1 ilustra alguns dos monumentos encontrados no Parque Farroupilha.

---

<sup>7</sup> Massacre que traiu e chacinou os chamados Lanceiros Negros, soldados que pela promessa da liberdade lutaram junto com os farrapos na guerra. Ver o livro *História Regional da Infância* (JUREMIR, 2010)

Figura 1: Monumentos no Parque Farroupilha. A) Gaúcho Oriental; B) Duque de Caxias; C) Monumento ao Expedicionário.



Fonte: Rubim, 2016; Santos, 2016; Oliveira, 2014. Disponível em: RUBIM, Maia. Monumento Gaúcho Oriental ganha novo espaço no Parque da Redenção. Sul21, 20 jul. 2016. Disponível em: <https://sul21.com.br/breaking-newscidades/2016/07/restaurado-monumento-gaicho-oriental-ganha-novo-espaco-no-parque-da-redencao/>. Acesso em: 24 ago. 2022.

SANTOS, Guilherme. Vinte monumentos serão restaurados a partir de parceria entre Prefeitura e Sinduscon. Sul21, 10 abr. 2016. Disponível em: [https://sul21.com.br/cidadesz\\_areazero/2016/04/vinte-monumentos-serao-restaurados-a-partir-de-parceria-entre-prefeitura-e-sinduscon/](https://sul21.com.br/cidadesz_areazero/2016/04/vinte-monumentos-serao-restaurados-a-partir-de-parceria-entre-prefeitura-e-sinduscon/). Acesso em: 24 ago. 2022.

OLIVEIRA, Evandro. Redenção recebe 12 monumentos restaurados. Prefeitura Municipal de Porto Alegre. 19 dez. 2014. Disponível em: [http://www2.portoalegre.rs.gov.br/portal\\_pmpa\\_cidade/default.php?p\\_noticia=174901](http://www2.portoalegre.rs.gov.br/portal_pmpa_cidade/default.php?p_noticia=174901) Acesso em: 24 ago. 2022.

### A Mãe e o Bebê

Se no espaço público, como já evidenciado, a representação da memória da mulher é quase nula, quando ela é referenciada, na grande parte das vezes, é a partir de uma retratação estereotipada dentro de uma construção imaginária de que a mulher está presente como sujeito histórico, apenas na vida privada. Essa concepção de mulher do lar, cujo papel é o reprodutivo, também se aciona nos monumentos instituídos no espaço público porto-alegrense.

A escultura A Mãe e o Bebê, localizada próximo ao Largo dos Açorianos e instalada em 2005 em comemoração à Semana Estadual do Bebê, demonstra bem a discussão presente. A escultora Arminda Lopes define sua obra, como um monumento de significado forte, pois a mãe está abraçando a barriga. “Um rosto, o sorriso. A felicidade. Ser mãe. Duas grandes mãos, o carinho. A proteção. Um pequeno ser, o ventre. Dois grandes pés, duas fortes raízes. A segurança. A relação. A mãe, o bebê” (SILVEIRA, 2011). Quando as mulheres ocupam o espaço público só representam as funções tradicionais, não conseguindo romper com o espaço privado, pois quando tenta-se romper, ela torna-

se uma extensão do que a historiografia e narrativa histórica escreveu sobre ela. E assim, a mulher é colocada de maneira secundária na esfera pública, tendo na política cultural e patrimonial um papel de dificultador para efetivar essa participação “reafirmando o privado como lugar das mulheres” (PEDRO, 2017, p. 33).

A escultura "A Mãe e o Bebê", representada na Figura 2, ainda acrescenta mais um aspecto problemático dessas representações. Quando (e se) as mulheres ganham espaço no ambiente público para emergência de suas memórias, elas não ocupam lugar de destaque na espacialidade urbana, tornam-se secundárias nas promoções monumentais da cidade. A escultura referenciada, localiza-se em um lugar escondido, sem visibilidade e que conseqüentemente resulta no desconhecimento do monumento por parte dos próprios moradores da cidade.

**Figura 2: Estátua A Mãe e o Bebê.**



Fonte: Valle, 2011. Disponível em: VALLE, Felipe Dalla. Arte Pública visita Monumento à Mãe e ao Bebê. Câmara Municipal de Porto Alegre. Notícias. 17 set. 2011. Disponível em: <https://www.camarapoa.rs.gov.br/noticias/arte-publica-visita-monumento-a-mae-e-ao-bebe>. Acesso em: 24 ago. 2022.

## **A Praça Garibaldi**

Quando a mulher não está sendo representada nos espaços públicos de Porto Alegre de forma escondida, invisível e pautada na narrativa que a coloca apenas no âmbito privado, ela está em praça bem localizada, representada em estátua, mas, colocada em um espaço inferior ao homem. Esse é o

caso da estátua homenageando o casal Anita e Giuseppe Garibaldi na chamada Praça Garibaldi, localizada no bairro Menino Deus.

Quando uma mulher é referenciada na historiografia e na história sul rio-grandense vinculada a guerra, ao heroísmo e a revolução normalmente, logo após as primeiras definições dela, vem ao lado o nome de seu marido. A história engrandece Anita Garibaldi sempre em conjunto com Giuseppe, como se a mulher fosse uma extensão do homem e como se seus feitos foram realizados apenas por ter conhecido o amor de sua vida. Essa narrativa é reforçada e visível no momento público analisado, que coloca Anita sempre em referência a Giuseppe, e ainda em uma posição de inferioridade.

A escultura na Figura 3, mostra Anita ajoelhada à frente e à direita de Giuseppe. Mesmo que em posição que sugere um apontando, indicando algo a seu marido, é preciso compreender essa cena, que a priori nos é naturalizado. Atrás dela está Giuseppe, de pé e representando em sua posição uma soberania frente a Anita, que aparece apenas como a supervisora da ação planejada por ele. A mulher quando invade o espaço público da guerra, da revolução e da política é secundária as ações do homem, e esse aspecto é demonstrado tanto pela posição abaixo de Giuseppe, quanto pelo fato de uma mulher histórica, vir sempre acompanhada de um homem em espaços públicos.

**Figura 3: Estátua em homenagem a Giuseppe e Anita Garibaldi.**



Fonte: Gonçalves, 2015. Disponível em: GONÇALVES, Ivo. Entregue monumento restaurado de Giuseppe e Anita Garibaldi. Prefeitura Municipal de Porto Alegre. 20 maio 2015. Disponível em: [http://www2.portoalegre.rs.gov.br/cs/default.php?p\\_noticia=177834&ENTREGUE+MONUMENTO+RESTAURADO+DE+GIUSEPPE+E+ANITA+GARIBALDI](http://www2.portoalegre.rs.gov.br/cs/default.php?p_noticia=177834&ENTREGUE+MONUMENTO+RESTAURADO+DE+GIUSEPPE+E+ANITA+GARIBALDI). Acesso em: 24 ago. 2022.

### **Considerações finais**

A reflexão acerca dos três monumentos nos espaços públicos de Porto Alegre referenciados no presente artigo, possibilitam uma análise crítica sobre a representação feminina, integrada à discussão historiográfica sobre a invisibilização da mulher nas narrativas históricas, relacionando e contextualizando com a historiografia sobre o Rio Grande do Sul, além de uma discussão conceitual sobre o campo conflituoso, político e intencionado da memória. Os três monumentos selecionados, revelam aspectos distintos sobre como a memória feminina é representada nos espaços públicos da cidade. O primeiro, dispôs sobre a falta de representação feminina nos monumentos, nomes de ruas, praças, parques, museus etc., em contraposição as inúmeras homenagens realizadas em todos os cantos da cidade a homens trazendo como referencial o Parque Farroupilha. O segundo exemplo, esboçou sobre como é feita (e se feita) normalmente a visibilidade (visível?) da memória da mulher a partir dos monumentos. Aqui, foi ainda trazido a discussão sobre a estátua “A Mãe e o Bebê” e sobre como a

narrativa histórica da mulher relacionada ao espaço privado reflete nessas representações públicas. Por fim, o terceiro exemplo refletiu sobre a mulher que invade o espaço público, vinculado a guerra e a política, mas permanece sendo retratada como inferior e como uma extensão do homem.

Os três exemplos de monumentos, possibilitaram a reflexão do quanto a análise sobre a representação da memória da mulher no espaço público é necessária para desnaturalizar o espaço da vida cotidiana, onde as memórias intencionadas e legitimadas por um acionamento político, que se deseja salvaguardar, e o passado a que se quer rememorar são ritualizados nos monumentos. Assim, é trazido à cena pública essas memórias historicamente silenciadas, permitindo a construção de novas narrativas acerca do passado histórico.

## Referências

- ALMEIDA, Marcus Vinicius. Pilcha gaúcha pode ser considerada traje oficial. **Agência Câmara de Notícias**, Brasília, DF, 06 nov. 2007. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/109306-pilcha-gaucha-pode-ser-considerada-traje-oficial/>. Acesso em: 24 out. 2022.
- ASSIS, Tauã Carvalho de; PINTO, Suely de Assis. O ensino de história local como estratégia pedagógica. **Revista Eletrônica de Graduação e Pós-Graduação em Educação**, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 1-18. 2019. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/handle/ri/17326>. Acesso em: 26 fev. 2021.
- BRASIL. **Lei n.12.343, de 2 de dezembro de 2010**. Institui o Plano Nacional de Cultura – PNC, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais – SNIIC e dá outras providências. Brasília: DF. Presidência da República, 2010. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/112343.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112343.htm). Acesso em: 23 set. 2021.
- BURKE, Peter. **Escola dos Annales 1929- 1989: A Revolução Francesa da Historiografia**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.
- DIAS, Maria Odila. **Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997.
- FONTOURA, Francisco Pinto. **Hino Rio-Grandense**. Música: Comendador Maestro Joaquim José Mendanha. Harmonização: Antônio Corte Real. 1966. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gZuePb8380c>. Acesso em: 30 set. 2021.
- FOX-GENOVESE, Elizabeth. Cultura e consciência na história intelectual das mulheres europeias. **The journal of Women in culture and society**, Chicago, v.12, n.31, p.529-547, 1987.
- GOLIN, Tau. Identidade gentílica e capital simbólico. *In*: BATISTELLA, Alessandro (Org.). **Passo Fundo. Sua história**. Passo Fundo: Méritos, 2007, v.1, p. 451-469.

GOLIN, Tau. **Palestra**. [2015]. Porto Alegre: Memorial do Rio Grande do Sul, 2015. Texto transcrito. Palestra proferida no evento Revolução Farroupilha e Revoltas Armadas no Rio Grande do Sul, no III Encontro de História do Memorial.

GONÇALVES, Ivo. Entregue monumento restaurado de Giuseppe e Anita Garibaldi. **Prefeitura Municipal de Porto Alegre**. 20 maio 2015. Disponível em: [http://www2.portoalegre.rs.gov.br/cs/default.php?p\\_noticia=177834&ENTREGUE+MONUMENTO+RESTAURADO+DE+GIUSEPPE+E+ANITA+GARIBALDI](http://www2.portoalegre.rs.gov.br/cs/default.php?p_noticia=177834&ENTREGUE+MONUMENTO+RESTAURADO+DE+GIUSEPPE+E+ANITA+GARIBALDI). Acesso em: 30 set. 2021.

HAHNER, June Edith. **Emancipação do Sexo Feminino: a luta pelos direitos da mulher no Brasil. 1850-1940**. Florianópolis: Mulheres, 2003.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução Yara Aun Khoury. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 10, dez. 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/viewFile/12101/8763>. Acesso em: 24 out. 2022.

OLIVEIRA, Evandro. Redenção recebe 12 monumentos restaurados. **Prefeitura Municipal de Porto Alegre**. 19 dez. 2014. Disponível em: [http://www2.portoalegre.rs.gov.br/portal\\_pmpa\\_cidade/default.php?p\\_noticia=174901](http://www2.portoalegre.rs.gov.br/portal_pmpa_cidade/default.php?p_noticia=174901). Acesso em: 30 set. 2021.

PEDRO, Joana Maria. As mulheres e a separação das esferas. *Diálogos*, Maringá, v. 4, n. 1, p. 33-39, 2017. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/37600/19506>. Acesso em: 21 set. 2021.

PERROT, Michelle. **Minha História das Mulheres**. Tradução Angela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2007.

PERROT, Michelle. **Mulheres Públicas**. Tradução Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. São Paulo: Paz e Terra, 2017.

PERROT, Michelle. Práticas da Memória Feminina. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 9, n. 18, p. 9-18, ago./set. 1989. Disponível em: [https://www.anpuh.org/arquivo/download?ID\\_ARQUIVO=3846](https://www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=3846). Acesso em: 29 set. 2021.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. A invenção da sociedade gaúcha. **Revistas Eletrônicas FEE**, Porto Alegre, v. 14, n. 2, p. 383-396, 1993.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em: [http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria\\_esquecimento\\_silencio.pdf](http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf). Acesso em: 20 set. 2021.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992.

PRIMO, Judite; BRAYNER, Vânia. Nunca mais o Silêncio. Por uma política das memórias do feminino na resistência. **Museologia & Interdisciplinaridade**, Brasília, v. 7, n. 13, p. 155-173,

jan./jun. 2018. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/download/17782/16276/29807>. Acesso em: 30 set. 2021.

RUBIM, Maia. Monumento Gaúcho Oriental ganha novo espaço no Parque da Redenção. **Sul21**, 20 jul. 2016. Disponível em: <https://sul21.com.br/breaking-newscidades/2016/07/restaurado-monumento-gaucha-oriental-ganha-novo-espaco-no-parque-da-redencao/>. Acesso em: 30 set. 2021.

SALVATICI, Silvia. Memórias de gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres. **História Oral**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 29-42, jan./jun. 2005. Disponível em: <https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/114>. Acesso em: 29 set. 2021.

SANTOS, Guilherme. Vinte monumentos serão restaurados a partir de parceria entre Prefeitura e Sinduscon. **Sul21**, 10 abr. 2016. Disponível em: [https://sul21.com.br/cidadesz\\_areazero/2016/04/vinte-monumentos-serao-restaurados-a-partir-de-parceria-entre-prefeitura-e-sinduscon/](https://sul21.com.br/cidadesz_areazero/2016/04/vinte-monumentos-serao-restaurados-a-partir-de-parceria-entre-prefeitura-e-sinduscon/). Acesso em: 30 set. 2021.

SILVEIRA, Darlene. **Arte pública visita monumento à Mãe e ao Bebê**. set. 2011. Disponível em: <https://www.camarapoa.rs.gov.br/noticias/arte-publica-visita-monumento-a-mae-e-ao-bebe>. Acesso em: 30 set. 2021.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 27, n. 54, p. 281-300, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/QQh4kZdCDdnQZjv6rqJdWCc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23 set. 2021.

TEDESCO, João Carlos. **Passado e presente em interfaces**: introdução à uma análise sócio-histórica da memória. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2011.

TRAVERSO, Enzo. História e Memória: uma dupla antinômica? In: TRAVERSO, Enzo. **O passado, modos de usar. História, Memória e política**. Lisboa: Edições Unipop, 2012, p. 21-54.

VALLE, Felipe Dalla. Arte Pública visita Monumento à Mãe e ao Bebê. **Câmara Municipal de Porto Alegre**. Notícias. 17 set. 2011. Disponível em: <https://www.camarapoa.rs.gov.br/noticias/arte-publica-visita-monumento-a-mae-e-ao-bebe>. Acesso em: 30 set. 2021.